

A IMPORTÂNCIA DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NA DISSEMINAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS DE MULHERES

Elisa Maria Lopes Chaves¹
elisachaves8@gmail.com

Resumo

Ao pesquisarmos sobre arquivos pessoais, em arquivos públicos e/ou privados, através de suas bases de dados e instrumentos de pesquisas como os guias de acervo, em sua maioria, as informações encontradas tratam-se de arquivos pessoais de homens e/ou sobre homens. Os dados sobre mulheres quando identificados, em muitos casos, são fragmentados e/ou dispersos. Deste modo a carência de fontes documentais sobre as trajetórias femininas, devido à falta de representatividade das mulheres nos documentos e também nos arquivos têm como consequência sua ausência na construção da memória coletiva diminuindo a contribuição das mulheres na prática historiográfica. Isto posto faz-se necessário pensar em políticas de aquisição inclusiva, além de instrumentos de pesquisa que enfatizem a presença das mulheres nos arquivos, de modo a contribuir para o resgate do papel da mulher frente ao anonimato atribuído a sua história e de suas lutas. Ao incluirmos os arquivos de mulheres, e sobre mulheres, nas instituições de salvaguarda de acervo arquivístico rompemos uma prática que através de instituições hierarquizadas, legítima e naturaliza as ausências das mulheres e principalmente das mulheres negras, lésbicas, transgêneros e travestis. No entanto, a inclusão e visibilidade desses arquivos requer, nas instituições arquivísticas, ações de organização, preservação e principalmente disseminação desses documentos para fomentar as pesquisas sobre o tema. Com base no cenário relatado o Centro de Memória Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Perseu Abramo através do processo de descrição arquivística de seus documentos por meio da atualização do seu guia identificou cinco fundos pessoais, o que reflete atualmente cerca de 25% dos fundos pessoais disponibilizados pela instituição. São arquivos pessoais de mulheres que lutaram, militaram e trabalharam no Partido dos Trabalhadores e em movimentos políticos e sociais da história contemporânea recente. Dentre as fontes documentais disponíveis para pesquisa no Centro descritas e disponibilizadas temos o arquivo pessoal da arquiteta Mayumi de Souza Lima. Através deste acervo é possível percorrer a formação acadêmica e trajetória profissional da arquiteta com destaque ao seu trabalho no desenvolvimento de espaços educativos públicos e na participação nas obras do Museu de Arte de São Paulo. E nosso maior arquivo pessoal e iconográfico que pertence a fotógrafa Vera Jursys. Seu trabalho como fotógrafa encontra-se disponível em cerca de 20.000 imagens disponíveis em nossa base de dados. Outros acervos menores, e não menos importantes, também disponibilizados são os arquivos da atriz Lélia Abramo. Lélia teve expressiva presença no campo artístico, como atriz, mas também no político como militante de esquerda. E o arquivo pessoal de Beatriz do Valle Bargieri onde é possível consultar as páginas do periódico da imprensa feminista, do qual integrou, feitos por mulheres e dirigidos às mulheres, como o jornal *Brasil Mulher* também disponível através da nossa base de dados. Através da disponibilização desses arquivos o Centro, por meio do tratamento arquivístico dos documentos, compreende o uso de seu acervo como uma importante ferramenta para a valorização e afirmação da memória das mulheres. Entende a necessidade de incorporação da perspectiva de gênero nas suas ferramentas de busca, sobretudo nos instrumentos de descrição e principalmente na disponibilização de documentos através de sua base de dados.

Palavras-chave: Arquivos pessoais de mulheres. Guia. Descrição arquivística. Arquivos pessoais.

¹Centro Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo/SP, Brasil.

INTRODUÇÃO

O Centro de Memória Sérgio Buarque de Holanda – CSBH, da Fundação Perseu Abramo – FPA, foi criado em 2001, consolidando o então Projeto Memória e História que se iniciou em 1997. O CSBH é responsável pelo tratamento do arquivo histórico do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores – PT, bem como pelo fomento à pesquisa e à reflexão sobre a história do partido, da esquerda, da classe trabalhadora e de movimentos sociais.

Além do Arquivo do Diretório Nacional do PT. O CSBH possui cerca de outros cinquenta conjuntos documentais, relacionados ao partido. De modo geral, tais arquivos incluem documentos de instituições com as quais o PT manteve relação ao longo de sua trajetória, fundos institucionais e pessoais de dirigentes e militantes que integram ou integraram o partido, além das coleções.

Ao que nos toca neste trabalho os arquivos pessoais disponíveis no CSBH são compostos por cerca de vinte e dois fundos pessoais, dentre eles seis são arquivos de mulheres. Das fontes documentais disponíveis para pesquisa no CSBH, descritas no guia, encontra-se o arquivo pessoal da arquiteta **Mayumi de Souza Lima**. Através de seus documentos, boa parte deles textuais, está refletida sua formação acadêmica e trajetória profissional com destaque por seu trabalho no desenvolvimento de espaços educativos públicos e na participação nas obras do Museu de Arte de São Paulo.

Nosso maior arquivo pessoal pertence a fotógrafa **Vera Jursys**. Vera colaborou com os jornais *Jornal dos Trabalhadores* (PT) e o *O Trabalho*, boa parte de seu trabalho como fotógrafa encontra-se refletida em cerca de 20.000 imagens disponíveis em base de dados on-line.

Outros acervos menores, e não menos importantes são os acervos da atriz **Lélia Abramo**. Lélia teve expressiva presença no campo artístico, como atriz, mas também no político como militante de esquerda. Participou da fundação do PT e também fez parte ativamente da campanha Diretas Já.

No acervo pessoal de **Beatriz do Valle Bargieri** é possível consultar as páginas de periódico da imprensa feminista, feitos por mulheres e dirigidos às mulheres o jornal *Brasil Mulher*, do qual integrou.

Somam-se aos arquivos coleções sobre mulheres. Desta forma são cerca de dez conjuntos documentais (incluindo as coleções) compostos por acervos pessoais de mulheres que lutaram, militaram e trabalharam no Partido dos Trabalhadores e em movimentos políticos e sociais. Este número reflete atualmente cerca de 30%, ou seja, um terço, dos documentos preservados, organizados e disponibilizados pelo CSBH. Ainda que não exista uma paridade da representatividade refletiva no arquivo, através de seus documentos, quando nos deparamos com outras instituições de salvaguarda, por vezes o cenário é ainda pior.

No arquivo o processo de descrição de documentos arquivísticos, torna possível disponibilizar aos interessados, pesquisadores/as fontes documentais até então pouco conhecidas, ou como veremos ao longo do texto mais escassas ao se tratar de documentos sobre e de mulheres. Desta forma, o CSBH, caminha, ainda que a longos passos, para equiparar este cenário e contribuir no resgate do papel da mulher frente ao anonimato atribuído a sua história e de suas lutas.

1. ARQUIVOS PESSOAIS

1.1. ARQUIVOS PESSOAIS CARACTERIZAÇÃO

Podemos afirmar que a função pela qual o documento é criado é o que determina o seu destino de armazenamento, e não o suporte do qual o documento é constituído (BELLOTTO, 2014, p. 39). Em um arquivo os documentos são tratados em seu conjunto. Ao serem produzidos, os documentos respondem a função de provar e testemunhar, mas passada a função legal e/ou administrativa pelo qual foi criado, um documento de arquivo pode adquirir outro “valor” passando a ser utilizado para a pesquisa acadêmica, histórica, científica ou para finalidades culturais. De acordo (BELLOTTO, 2014, p. 341):

Essa função é ligada a criação do documento, ao seu valor primário, podendo ser prova jurídica, administrativa, financeira. Serve ao produtor e aos interessados, em primeira instância. Testemunho, no sentido do valor secundário, do que já foi prova. Serve ao organismo produtor, mas também a sociedade, ao pesquisador. Essa prova, esse testemunho tem um conteúdo, uma informação ali consignada, orgânica pertencente a um contexto relativo ao conjunto das atividades do produtor. E o contexto, amarrado ao princípio da proveniência, é que dá sentido ao conteúdo.

Para Ana Maria de Almeida Camargo “os arquivos de pessoas devem ser tratados como arquivos, isto é, devem ficar ancorados ao contexto em que foram produzidos” (2009, p. 36). De outro modo os documentos perderiam seu efeito de representatividade que os singulariza. Assim os documentos devem receber o tratamento dado ao documento arquivístico, reunido através de um fundo. Segundo as autoras (CAMARGO E GOULART, 2007, p. 35):

Necessidade de tratar o arquivo pessoal como indissociável, cujas parcelas só tem sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com as atividades e funções que se originaram. Qualquer outro tratamento que passasse eu longo desse esforço de contextualização, que é na verdade a operação-chave da metodologia arquivística, poria em risco a organicidade da documentação.

De acordo com Bellotto no arquivo pessoal a fase de uso primário caracterizado como acumulação e utilização em vida “o arquivo serve ao próprio titular, em suas atividades de trabalho e para comprovações que se façam necessárias no seu cotidiano, além do relacionamento com pessoas e instituições, dentro e fora da vida intelectual”. Percorrida a fase primária, para a fase secundária dos arquivos pessoais, seu potencial aumenta visto que o objetivo não é mais o jurídico ou profissional do próprio titular do arquivo e, sim, o da pesquisa feita por terceiros. No entanto, para autora, é importante ressaltar que a segunda-idade dos arquivos pessoais corresponde à terceira-idade se considerarmos arquivos públicos e/ou institucionais (2006, p. 267).

Para que o percurso natural do documento — da administração a história — seja mantido é importante garantir que os princípios arquivísticos sejam respeitados, desta forma o arquivista deve trabalhar com o intuito de preservar a organização do arquivo em obediência a competência e as atividades da instituição que produziu e/ou acumulou, assim como suas estruturas e funções, sem dispersão, garantindo ao arquivo a continuidade de sua formação natural e orgânica.

Dito isso entendemos que um arquivo permanente não se constrói aleatoriamente. Não existem documentos que nascem históricos, assim como não podemos conceber um arquivo com documentos que só informem o início ou o fim de determinadas atividades ou atos decisivos (BELLOTTO, 2006, p. 27).

Os arquivos pessoais precisam ser caracterizados como tal. Ainda de acordo com (BELLOTTO, 2006, p. 256) “a conceituação de arquivos pessoais está embutida

na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirmar tratar-se de papéis produzidos/recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado”. Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 34-5) arquivo privado é “o arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular” e por arquivo pessoal entende-se “arquivo de pessoal física”.

Como aponta (BELLOTTO, 2006, p. 256) mesmo dentro dessa categorização arquivo pessoal deve-se observar que todo ser humano em idade adulta acaba constituindo um arquivo, desta forma é preciso especificá-lo dentro de uma instituição arquivística. Dentro dessa especificação define-se como arquivo pessoal documentos textuais, iconográficos e audiovisuais resultantes da vida e obra de políticos, líderes de categorias profissionais, cientistas, artistas, escritores, ou seja, pessoas que pensaram, agiram e/ou atuaram de forma que seus documentos possam ser de interesse para pesquisadores nas respectivas áreas em que desenvolveram suas atividades. Ou ainda pessoas que possam trazer fatos inovadores para a ciências, artes e sociedade em geral, através de seus acervos. Por fim “os papéis de qualquer cidadão que apresente interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana, social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento”.

Até aqui expulsemos as definições dos arquivos pessoais, a seguir vamos discorrer sobre a especificidades dos arquivos pessoais de mulheres.

1.2. ARQUIVOS PESSOAIS DE MULHERES

Ao pesquisarmos em instituições arquivísticas públicas e/ou privadas, em sua maioria, os arquivos pessoais encontrados são de homens e/ou sobre homens. Os documentos sobre mulheres, e de mulheres, muitas vezes encontram-se dispersos e desta forma precisamos entender o porquê dessa “ausência” e resgatar os documentos contribuindo para dar voz aos documentos sobre e de mulheres.

De acordo com (PERROT, 2007, p. 27) em virtude de sua posição na família, há mais chances de encontrar vestígios das mulheres nos arquivos privados. No entanto, por definição, o *status* desses arquivos foi e continua a ser necessariamente incerto.

Destinados a receber documentos administrativos, que acabam por ocupá-los excessivamente, os arquivos públicos, nacionais ou departamentais, os acolhem arquivos privados com reservas, a conta-gotas e de maneira seletiva. Escritores, políticos e empresas transpõem a barreira. Mas é muito mais difícil para as pessoas comuns, e ainda mais para as mulheres, transpor esses obstáculos.

Não obstante é importante salientar que a prática de recolher arquivos pessoais ganharam ênfase no começo do séc. XX, principalmente após as guerras mundiais (1914 – 1918) e (1939 – 1945), com a institucionalização de documentos pessoais como tentativa de preservação da produção em âmbito privado. A autora (OLIVEIRA, 2013, p. 32-3) afirma:

No século XIX, os arquivos pessoais ganharam espaço na prática arquivística francesa, inglesa e americana. Esse movimento foi impulsionado pelas sociedades históricas que passaram a reconhecer papéis produzidos na vida privada como fonte para a pesquisa do historiador. Ao longo do século XX, a posição desses arquivos se fortaleceu principalmente como resultado das grandes guerras e do receio da evasão ou perda desses registros. Um dos mecanismos encontrados na sociedade para a preservação desse legado produzido no âmbito privado – e considerando de relevância para a memória – é a sua institucionalização, seja em bibliotecas, museus, arquivos de sociedades históricas, universidades, centros de documentação, instituições arquivísticas etc.

Ainda segundo a autora (OLIVEIRA, 2013, p. 48) os arquivos pessoais sob o olhar privado e muitas vezes íntimo acaba oferecendo novas perspectivas através de discursos menos oficiais e institucionalizados. Curiosamente os registros individuais ganham notoriedade pessoal de forma coletiva quando inseridos na institucionalidade, de modo que constituem quando inseridos nos arquivos, fontes para a construção da memória de uma sociedade.

Conforme os autores Borges e Murguía (2014, p. 20) assim como os arquivos públicos, os arquivos privados podem ser mais acessados e difundidos, ou seja, tornam-se mais acessíveis, quando custodiados por instituições que considerem “*a preservação como função arquivística*”. Desta forma a aquisição de arquivos pessoais é fundamental à preservação e ao acesso desses arquivos.

A preservação e difusão de arquivos de mulheres são uma importante forma de resistência, já que as mulheres têm suas vozes frequentemente silenciadas. Como escreve Michelle Perrot na expressão o “*silenciamento das fontes*” das quais muitos documentos sobre, e, de mulheres são acometidos (PERROT, 2007, p. 17):

O silêncio das fontes. As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra.

Assim mesmo considerando uma prática de arquivamento pessoal podemos considerar que no caso dos arquivos de mulheres muitas vezes essa prática é silenciada através da destruição de seus registros. Em muitos casos os documentos sobre mulheres não resistem ao tempo, ou seja, são menos frequentes nas instituições de guarda, de modo que esse ato de resistência se faz ainda mais latente quando são encontrados nos arquivos.

Considerando este cenário é imprescindível o tratamento arquivístico no resgate de documentos dispersos e dos documentos registros pessoais encontrados sobre e de mulheres.

2. O TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO: DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

2.1. DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DOS DOCUMENTOS

O processo de organização de documentos arquivísticos pressupõe etapas que envolvam a identificação, organização e descrição “conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 23).

De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística “os instrumentos de pesquisa oferecem informações gerais sobre os fundos e coleções existentes em um arquivo e possui a finalidade de controle e de acesso ao acervo” (2005, p. 102).

O processo descritivo é subsidiado pelas ações de identificação e organização do acervo para difusão de forma que ao inserir o documento na estrutura do fundo o qual aquele documento pertence, garante alguns fundamentos básicos do tratamento arquivístico.

De modo que segundo (BELLOTTO, 2006, p. 179) o tratamento arquivístico torna a documentação organizada e lógica, mas a descrição é a única maneira de

possibilitar que as informações contidas nas séries e itens documentais cheguem até os pesquisadores.

De maneira que a descrição arquivística compreende uma sequência lógica de operações que se inicia com a observação e análise do documento identificado para obtenção de informações significativas para o acesso. Seguindo com a sistematização das informações mediante estruturas descritivas (preferencialmente sobre uma base de dados), a descrição se materializa nos chamados instrumentos de descrição. Os instrumentos são formados por um produto que se apresenta ao usuário com as informações coletadas nas estruturas descritivas (BOADAS; CASELLAS; SUQUET 2001, p. 173).

Para a realização da descrição arquivística existem normas nacionais e internacionais e modelos de sistemas informatizados que padronizam as informações, garantindo assim um maior fluxo entre as instituições e facilitando o acesso dos/das pesquisadores/as. Para a descrição de documentos pautadas nas normas arquivísticas temos a ISAD(G) - Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística.

A ISAD(G) basicamente é uma norma que contém regras gerais para as descrições arquivísticas aplicáveis em documentos em qualquer formato ou suporte (Conselho Internacional de Arquivos, 2000).

O autor (LOPEZ, 2002, p. 14) destaca que a norma ISAD(G) propõe padronizar a descrição arquivística, através do sistema multinível, assim a descrição se faz obedecendo a estrutura do fundo, intimamente ligado ao princípio da proveniência. “O princípio da proveniência é o princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 61)”. Ainda de acordo com Lopez (2002, p.16):

A importância de um instrumento como a ISAD(G) para a comunidade arquivística é mais evidente quando pensamos nas possibilidades abertas pelo avanço da informática em nível mundial. Para que a troca eletrônica de informações entre os acervos seja satisfatória é necessário que, cada vez mais, os arquivistas comecem a falar a mesma língua. [...] A normalização contribui não apenas para o intercâmbio entre diferentes instituições, como também facilita o acesso e a consulta em geral.

O *software* AtoM é baseado nas ISAD(G). Através desse *software* é possível descrever os documentos seguindo os preceitos na norma através de uma base de dados disponível para o pesquisador.

Outro recurso utilizado para descrição de acervos arquivísticos na disseminação de arquivos digitais, são o uso de metadados. A importância de metadados compatíveis e consistente na área se dá, pois de acordo com Alves (2017, p. 99) os metadados e padrões de metadados foram desenvolvidos a partir de necessidade de representar e identificar os recursos informacionais disponibilizados na *web*, possibilitando melhorar a recuperação da informação pelos mecanismos de busca, mas também seu acesso e sua preservação em longo prazo, permitindo a interoperabilidade dos dados entre ambientes de diferentes áreas.

No caso dos documentos de arquivo no “domínio arquivístico: os metadados e padrões de metadados foram estabelecidos com base em princípios e teorias arquivísticas, nos processos de gestão arquivística de documentos e na descrição arquivística de documentos” (ALVES; SANTOS; RODRIGUES, 2014, apud ALVES, 2017, p. 101):

Tendo como base a Teoria das Três Idades, os metadados neste domínio caracterizam-se por serem inerentes ao ciclo de vida dos documentos nos arquivos. Assim, ao passarem pelos processos de gestão arquivísticas de documentos, em especial nos sistemas informatizados, vão sendo agregados aos documentos arquivísticos novos tipos de metadados, que representam características próprias dos documentos e/ou características sobre seu contexto durante os processos de gestão. Em sua última etapa do ciclo de vida, a passagem para os arquivos permanentes, os documentos arquivísticos passam pelo processo de descrição arquivística, mas podem herdar metadados descritos durante os processos de gestão arquivística, por meio da interoperabilidade entre sistemas

Esses novos recursos informacionais para a recuperação da informação, vai de encontro com as inquietações da área referente a propulsão de gêneros documentais. Como aponta (BELLOTTO, 2006, p. 177):

Existe perplexidade não só com relação à quantidade de documentos, mas também com a própria tipologia documental. Uma gama infinita de novos testemunhos, de novas fontes que se abrem à pesquisa histórica começa a desafiar a família dos instrumentos de pesquisa e a sua estrutura clássica. Será que guias, inventários, catálogos e índices tradicionais refletem as novas fontes, as inquietações dos novos pesquisadores e as novas temáticas da história? Até onde a informação agilizará os meios de busca? Por outro lado, os documentos legíveis por máquina chegarão a ser rotineiros no trabalho arquivístico.

A descrição arquivística amparada nas normas, tais como a ISAD(G), sua interface em base de dados, como o AtoM e o uso de metadados padronizam e auxiliam a difusão da informação encontrada nas instituições arquivísticas.

2.2. DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DOS DOCUMENTOS DO CSBH

No CSBH uma das bases usadas como instrumento de pesquisa e forma de disponibilização dos documentos permanentes a base de dados AtoM. O AtoM é uma base de dados originalmente criada pelo Conselho Internacional de Arquivos – CIA, com base nas normas de descrição arquivística como a ISAD(G).

A descrição arquivística por meio de recursos informacionais potencializam as formas de busca e alcance para os usuários. Para (BELLOTTO, 2006, p. 179):

Não se trata mais da utilização do documento pelo produtor, do seu valor primário, ligado à própria razão de ser do ato escrito consignado no documento; a descrição destina-se àquela cuja tarefa é explorar o que restou, após ter cumprido a finalidade administrativa ou jurídico do ato. Abre-se uma potencialidade informacional – valor secundário do documento – infinitamente mais ampla do que a estrita razão funcional que motivou a geração do documento, e sem o comprometimento jurídico que o valor primário necessariamente carrega.

O processo da descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados.

No processo de descrição dos documentos disponíveis no CSBH, além da utilização e revisão das informações disponibilizadas da base de dados AtoM. Também atualizou-se o guia do arquivo possibilitando além ampliar a disponibilização dos arquivos pessoais, revisar e atualizar informações pertinentes ao acesso e difusão desses acervos. A revisão das informações do guia vai de encontro a importância desta ferramenta para difusão dos documentos arquivísticos. Conforme (BELLOTTO, 2006, p. 191):

Na família dos instrumentos de pesquisa, o guia é o mais abrangente e o mais “popular”, pois está vazado numa linguagem que pode atingir também o grande público e não especificamente os consulentes típicos de um arquivo: historiadores e administradores. (...).

O guia de arquivos tem por finalidade propiciar uma visão de conjunto dos serviços de arquivo, de modo a permitir ao pesquisador saber quais são seus recursos, a natureza e o interesse dos fundos que ele abriga, os instrumentos de pesquisa de que dispõe e as fontes complementares. É um instrumento de pesquisa descritivo e feito com espírito prático.

A revisão e atualização do guia do arquivo, em 2020, se deu após cerca de 10 anos da elaboração do primeiro guia, lançado em 2009, visando atender as demandas dos/das pesquisadores/as para qualificar a informação disponibilizada.

3. DESCRIÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS DE MULHERES – RESULTADOS E ENCAMINHAMENTOS

Além das ações de organização e difusão dos documentos. Conforme o processo percorrido até o momento, podemos afirmar a importância de considerar políticas de aquisição que incluam documentos e arquivos de mulheres se fazem necessárias. Deste modo trabalhar com a massa documental acumulada como ocorre na maior parte das instituições, antes de partirmos para ações que preveem a sensibilização institucional para implementação de políticas bem delineadas de aquisição de documentos. Mesmo dentro das atividades de tratamento arquivístico é possível planejarmos ações que incluam a perspectiva de gênero nos instrumentos de pesquisa e base de dados das instituições, por exemplo.

A autora Lúcia Maria de Oliveira escreve sobre a prática de descrição arquivística como forma de representação da informação e de acessibilidade dos arquivos aos usuários (OLIVEIRA, 2013, p. 49):

A descrição arquivística, em especial nos arquivos pessoais, é muito mais do que os seus produtos. A predominância do discurso da norma enfraquece o potencial informacional desses arquivos. A descrição dos arquivos pessoais refere-se a identificar, analisar, reconstruir, compreender e elaborar representações que tornem os arquivos mais acessíveis e que os usuários possam explorar suas conexões, seus significados e se reconhecerem. A descrição arquivística permite que os arquivos sejam reinventados pelos arquivistas, pelos usuários e pela sociedade.

No trecho exposto a autora demonstra a importância das práticas de organização de documentos arquivísticos, como a descrição arquivística como ferramenta de difusão ampliando a acessibilidade dos arquivos aos pesquisadores/as. O processo descritivo precisa transpor barreiras técnicas de forma que a organização da informação tenha como resultado a recuperação do conteúdo informacional de forma acessível.

Os arquivos pessoais disponíveis no CSBH e assim identificados junto a outros fundos e coleções do Centro de Memória, recebe o tratamento arquivístico para garantir sua preservação e difusão. O intuito é que o arquivo seja usado de forma exaustiva e efetiva como recurso básico de serviço de busca de informação para ser usado por diferentes públicos. O arquivo deve proporcionar os documentos, dados e referências necessários aos pesquisadores/as, garantindo sempre que possível, agilidade e eficácia na busca da informação. A disponibilização de informações e documentos através da construção e atualização de guias de arquivos, assim como da disponibilização dos documentos em bases de dados on-line visa melhorar o processo de pesquisa.

Isto posto ao trabalharmos com a história de luta de trabalhadores e trabalhadoras, além de movimentos sociais resgatamos as palavras do historiador Pierre Nora para enfatizarmos a importância dos arquivos pessoais nas instituições arquivísticas (1993, p. 20) “nessas biografias de anônimos, o meio de nos levar a apreender que as massas não se formam de maneira massificada”.

Ampliando a discussão pelo fato de não obstante não podemos esquecer das lutas que as mulheres, e principalmente da luta feminista, desenvolvidas para que mudanças importantes tenham sido realizadas na estrutura hierarquizada de nossa sociedade. Como afirma a autora (VASSALO, 2018, p. 81):

El feminismo cuestionó la forma androcéntrica de la organización de archivos, bibliotecas, centros de documentación, librerías y museos. Interpeló la invisibilización, dispersión y hasta la falta de interés en la preservación, conservación y difusión de documentos, otras fuentes de información y un sinnúmero de bienes culturales producidos por/con mujeres o sobre mujeres. En esta dirección, las académicas que se abocaron a los estudios de historia de/con mujeres y de género debieron visitar, releer y re interpretar las fuentes que utilizaban para sus estudios, entre las que se hallaban, obviamente, los documentos de archivo.

O feminismo questiona o olhar androcêntrico da história tradicional, este androcentrismo considera o homem como medida para todas as coisas. Desta forma a hegemonia do homem sobre a mulher se dá nas relações sociais de gênero. Para (SCOTT, 1989, p. 37):

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo o seu sentido. Para reivindicar o poder político, a

referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, partes do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro.

Dito isto a inclusão e a disponibilização dos arquivos de mulheres, através da descrição arquivística, é uma das formas de tentar diminuir o abismo da narrativa contada por homens com relação a participação das mulheres ao longo da história.

O CSBH incorpora a importância da disseminação de seus arquivos e coleções através da descrição e disponibilização de seus documentos para pesquisas e difusão possibilitando o diálogo sobre a questão de gênero, e no centro de memória, as práticas arquivísticas inclusivas, por vezes incipientes, mas também desafiadoras, com grande potencial em suscitar reflexões de interesse acadêmico, político, cultural e social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Carolina. **Arquivos Pessoais de Mulheres: a experiência do CPDOC**. Webinar. Material elaborado para a apresentação Arquivos de Mulheres e Memória Audiovisual. CPDOC/FGV: Rio de Janeiro, 2020.

ALVES, Rachel Cristina Vesu. Metadados para representação e recuperação da informação em ambiente web. In: MARINGELLI, Isabel Cristina Ayres da Silva. (Org.). **IV Seminário Serviços de Informação em Museus: informação digital como patrimônio cultural**. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, p. 95–106, 2017.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudo e reflexões**. Minas Gerais: Editora UFMG, 2014.

BOADAS Joan; CASELLAS, Lluís Esteve; SUQUET, M Àngel. **Manual para la gestión de fondos y colecciones fotográficas** (Biblioteca de la Imagen, 3). Girona: CDRI & CCG, 2001. Disponível em: <http://www.girona.cat/sgdap/docs/Manual_Fotografia_OCR>. Acesso em 02 fev. 2021.

BORGES, Renata Silva; MURGUIA, Eduardo Ismael. Aquisição de Arquivos pessoais. In: ABELLÁS, José Benito Yárritu; FRADE, Everaldo Pereira.; SILVA,

Maria Celina de Mello. (Orgs.). **Arquivos pessoais: constituição, preservação e usos**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, v.13, p. 7–32, 2014. (Mast Colloquia).

Arquivo Nacional (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, nº 51, 2005. (Publicações Técnicas).

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. & BELLOTTO, Heloísa Liberalli. (Org.) **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: AAB-SP/SEC, 1996.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida & GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os Arquivos Pessoais são arquivos. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. p. 27-39, 2009. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

CHAVES, Elisa Maria Lopes (Org.). **Guia do acervo arquivístico do Centro Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, nº 6, 2002. (Projeto como fazer).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, v.12, n. 2, p. 28-51, jul-dez, 2013.

PERROT, Michele. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set., 1989.

_____. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo (Coleção História do Povo Brasileiro), 2003.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1990.